

Sumário

Capítulo I ▶ INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	17
1. Conflito de interesses e lide	17
2. Funções do direito.....	18
2.1. Direção de condutas	18
2.2. Tratamento dos conflitos	19
3. Modos de tratamento dos conflitos.....	19
3.1. Autocomposição	19
3.1.1. Autotutela	20
3.1.2. Autocomposição (em sentido estrito). Conciliação	20
3.2. Heterocomposição	26
4. Direito material e direito processual. Instrumentalidade do processo.....	28
5. Constitucionalização do processo civil e neoprocessualismo.....	31
Capítulo II ▶ NORMA PROCESSUAL. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO.....	35
1. Norma processual: objeto e natureza	35
2. Fontes de norma processual.....	40
3. Lei processual no espaço	47
4. Lei processual no tempo. Sistema de isolamento dos atos processuais	48
Capítulo III ▶ NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL.....	61
1. Noções iniciais	61
2. Devido processo legal	62
3. Contraditório e ampla defesa	67
4. Boa-fé e cooperação	74
5. Inafastabilidade da jurisdição.....	78
6. Efetividade.....	81
7. Duração razoável do processo	82
8. Adequação	85
9. eficiência.....	86
10. Igualdade	88
11. Publicidade	91
12. Juiz natural.....	95
13. Motivação das decisões	101

14. Primazia da decisão de mérito	102
15. Autorregramento da vontade no processo	103
Capítulo IV ▶ JURISDIÇÃO	107
1. Conceito	107
2. Características	108
2.1. Imparcialidade e imparcialidade	108
2.2. Substitutividade	109
2.3. Imperatividade e inevitabilidade	109
2.4. Criatividade judicial	111
2.5. Inércia (dispositivo e inquisitivo)	112
2.6. Litigiosidade	116
2.7. Insusceptibilidade de controle externo.....	117
2.8. Definitividade	117
3. Escopos	118
3.1. Jurídico	118
3.2. Social	118
3.3. Político.....	119
4. Espécies	120
4.1. Estatal e arbitral	120
4.2. Comum e especial.....	126
4.3. Civil e penal	126
4.4. Contenciosa e voluntária	127
5. Jurisdição voluntária.....	128
Capítulo V ▶ AÇÃO	133
1. Evolução do conceito de ação. Principais teorias.....	133
1.1. Teoria Imanentista (Civilista ou Clássica)	133
1.2. Teorias autonomistas	135
1.2.1. Teoria do direito concreto de agir.....	135
1.2.2. Teoria do direito abstrato de agir	137
1.3. Teoria Eclética	138
1.4. Teoria da asserção.....	143
1.5. Quadro sintético.....	146
2. Ação abstrata e concreta. Demanda	147
3. Elementos da demanda	148
3.1. Noções iniciais.....	148
3.2. Parte	150
3.3. Pedido	151
3.3.1. Pedido imediato e mediato. As modalidades de tutela jurisdic- cional	151
3.3.2. Importância.....	156
3.4. Causa de pedir.....	157

3.4.1. Conceito. Teoria adotada	157
3.4.2. Subdivisão. Causa de pedir próxima e remota	160
4. Condições da ação	164
4.1. Noções iniciais.....	164
4.2. Interesse de agir.....	166
4.3. Legitimidade <i>ad causam</i>	171
Capítulo VI ► PROCESSO E PRESSUPOSTOS	179
1. Conceito de processo. Principais teorias.....	179
1.1. Processo como contrato ou quase-contrato	179
1.2. Teoria do processo como relação jurídica	180
1.3. Teoria do processo como situação jurídica.....	181
1.4. Teoria do processo como procedimento em contraditório.....	182
1.5. Teoria do processo como procedimento animado por relação jurídica.....	183
2. Generalidades.....	184
2.1. Conceito.....	184
2.2. Características gerais	185
2.3. Sistematização.....	185
3. Pressupostos de existência	187
3.1. Subjetivos	187
3.1.1. Capacidade de ser parte. Abrangência e controvérsias.....	187
3.1.2. Investidura.....	188
3.2. Objetivo. Provocação inicial, demanda ou pedido?.....	189
3.3. Citação do réu como pressuposto de existência	190
4. Pressupostos de validade	192
4.1. Subjetivos	192
4.1.1. Capacidade processual (ou de estar em juízo)	192
4.1.2. Capacidade postulatória	198
4.1.3. Competência	201
4.1.4. Imparcialidade.....	201
4.2. Objetivos.....	202
4.2.1. Intrínseco	202
4.2.2. Extrínseco (ou negativos).....	204
5. Leitura constitucional.....	208
6. Análise do seu preenchimento. Art. 485, <i>caput</i> , e § 3.º, art. 486, E art. 337, § 5.º, CPC.....	209
7. Superação da ausência do pressuposto processual para análise do mérito. Art. 282, § 2º, e 488, CPC	211
Capítulo VII ► ATOS E VÍCIOS PROCESSUAIS	213
1. Conceito de atos processuais	213
2. Características dos atos processuais.....	216
3. Classificação dos atos processuais	217

3.1. Atos das partes.....	217
3.2. Atos do juiz	220
3.2.1. Decisões e despachos.....	220
3.2.2. Decisões do juízo singular.....	221
3.2.3. Decisões do juízo colegiado.....	222
3.2.4. Importância da classificação.....	222
3.2.5. Quadro sinótico	223
3.2.6. Forma dos pronunciamentos judiciais. Art. 205, CPC.....	223
3.3. Atos dos auxiliares.....	223
4. Formas dos atos processuais.....	225
5. Prática eletrônica dos atos processuais.....	228
6. Lugar dos atos processuais.....	232
7. Tempo dos atos processuais.....	233
8. Vícios processuais.....	235
8.1. Generalidades	235
8.2. Classificação dos defeitos e nulidades. Regime jurídico	236
8.2.1. Galeno Lacerda	236
8.2.2. Classificação de Teresa Arruda Alvim Wambier	238
8.2.3. Classificação de Fredie Didier Jr.....	239
8.3. Princípios correlatos	240
8.3.1. Instrumentalidade das formas (ou transcendência). Arts. 277, 281, segunda parte, 282, § 1.º e 283, CPC	240
8.3.2. Aproveitamento dos atos processuais. Fungibilidade. Art. 277, CPC ...	241
8.3.3. Sanabilidade	242
8.3.4. Lealdade ou proteção. Vedação ao <i>venire contra factum proprium</i> . Art. 276, CPC.....	243
Capítulo VIII ▶ COMPETÊNCIA.....	247
1. Conceitos fundamentais	247
2. Determinação da competência. Disciplina legal	248
3. Competência absoluta e relativa	250
4. Competência internacional (dos limites da jurisdição nacional) e interna	255
4.1. Noções introdutórias.....	255
4.2. Competência internacional concorrente ou cumulativa	258
4.2.1. Conceito	258
4.2.2. Sentença estrangeira e sua homologação.....	258
4.2.3. Hipóteses legais.....	261
4.2.4. Litispendência e conexão. Art. 24, CPC.....	263
4.3. Competência internacional exclusiva	264
4.4. Foro de eleição exclusivamente estrangeiro	266
4.5. Incompetência internacional	269
4.6. Competência interna. Critérios determinativos.....	270
4.6.1. Critérios Objetivos	270

4.6.2. Critério subjetivo. Competência em razão da pessoa	273
4.6.3. Critério Funcional	274
4.6.4. Critério Territorial	275
5. Competência territorial	276
5.1. Foro das ações pessoais e reais mobiliárias (comum ou geral). Art. 46, CPC ...	276
5.2. Foro das ações reais imobiliárias. Art. 47, CPC	277
5.3. Outros foros	281
6. Perpetuação da competência. Art. 43, CPC	288
7. Modificação de competência	290
7.1. Noções gerais	290
7.2. Modificação voluntária tácita. Não arguição de incompetência. Art. 65, CPC ...	291
7.3. Modificação voluntária expressa. Foro de eleição. Art. 63, CPC	291
7.4. Modificação legal. Conexão e Continência. Arts. 54-59, CPC	294
8. Conflito de competência	302
8.1. Conceito e cabimento	302
8.2. Legitimidade	303
8.3. Competência	304
8.4. Procedimento	306
9. Competência da Justiça Federal	308
9.1. Competência dos juízos federais (1ª instância)	308
9.1.1. Em razão da pessoa	308
9.1.2. Em razão da função. Art. 109, X, segunda parte, CF	314
9.1.3. Em razão da matéria	314
9.2. Competência territorial da Justiça Federal. Art. 109, §§ 1º-3º, CF	317
9.3. Competência do Tribunal Regional Federal (2ª instância). Art. 108, CF	320
Capítulo IX ► LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	323
1. Litisconsórcio	323
1.1. Considerações gerais	323
1.2. Classificação	324
1.3. Litisconsórcio necessário. Consequências para sua ausência	329
1.4. Cabimento do litisconsórcio. Litisconsórcio multitudinário	338
2. Intervenção de terceiros	342
2.1. Noções gerais	342
2.2. Assistência	344
2.3. Denúnciação da lide	353
2.4. Chamamento ao processo	361
2.5. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	366
2.6. Quadro Sinótico	371
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	373